UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTE
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ANDRESA PORFÍRIO GOMES

Mulheres negras na imprensa em Maceió oitocentista (1850-1888)

Maceió
2022

ANDRESA PORFÍRIO GOMES

Mulheres negras na imprensa em Maceió oitocentista (1850-1888)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de graduada em História-Licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva.

Maceió

2022

Catalogação na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

G633m Gomes, Andresa Porfírio.
Mulheres negras na imprensa em Maceió oitocentista (1850-1888) / Andresa Porfírio Gomes. – 2022.
52 f. : il.

Orientador: Gian Carlo de Melo Silva.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História : licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 48-52.

1. Alagoas oitocentista. 2. Imprensa. 3. Negras. I. Título.

CDU: 94:070(813.5)“17”

Folha de Aprovação

ANDRESA PORFÍRIO GOMES

Mulheres negras na imprensa em Maceió oitocentista (1850-1888)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de

graduada em História – Licenciatura.

Aprovado em: __ / __ / ____

Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva (ICHCA/UFAL) (Orientador)

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Danilo Luiz Marques (ICHCA/UFAL) (Examinador Interno)

_____

Profa. Dra. Luana Teixeira (ICHCA/UFAL) (Examinadora Interna)

Dedico este trabalho às mulheres negras que não puderam falar sobre suas histórias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por terem lutado para que eu e minha irmã tivéssemos acesso à educação, especialmente levo os ensinamentos das histórias de mainha, pedagoga formada, que batalhou para terminar a escola quando não tinha incentivo nenhum para continuar e a minha irmã, Débora, que me fez acreditar que era possível fazer uma graduação quando foi a primeira da família a passar em uma Universidade Federal, mas também por todo o apoio durante o curso, tanto que quando estava no começo da pesquisa ela me dava a passagem para ir aos Arquivos de Maceió.

Sem esquecer as minhas duas amigas de longa data, Natalia e Roxane, por absolutamente todo amor, carinho e apoio de vários anos, inclusive por acreditar em mim quando nem eu acreditava. As amizades que a graduação me proporcionou, Maria Karine, Maria do Carmo, Roberta, Raissa, Mandinha, Junior, Valeria, Abraão, Maria e Jaci, por me fazerem suportar e não desistir da luta que foi a graduação, me dando uma perspectiva melhor da vida, proporcionando risadas, choros e fofocas, mas especialmente a oportunidade de viver de forma mais leve dentro e fora da Universidade.

À minha mãe Iemanjá dedico minha vida por toda a força para lutar as minhas batalhas da vida e não desistir de mim, por trazer paz, serenidade, sabedoria, discernimento, por me guiar e estar presente em todos os passos do meu caminho, também a minha Yabá devo o meu ser, tudo o que sou hoje e o que vou me tornar futuramente.

Agradeço ao povo trabalhador desse país e aos movimentos sociais por ter proporcionado por meio de muita luta contra esse sistema excludente, tornando possível o acesso à Universidade a pessoas como eu, minha irmã e outras pobres e não-brancas, em que abriu mais uma porta com as Cotas e para o povo preto e indígena estarem nas instituições de ensino que nos foi negada durante muito tempo.

Agradeço ao meu orientador, Gian Carlo de Melo Silva, pela orientação, me dando a oportunidade de me iniciar a pesquisa dentro da minha área durante o PIBIC, pela confiança e paciência depositada desde 2017. E, agradeço ao Núcleo de Escravidão e Sociedade na Época Moderna (NESEM) pelo direcionamento nos estudos sobre a escravidão que foram essenciais para a minha formação enquanto historiadora e pesquisadora durante o curso de licenciatura em História da Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

Agradeço ao Programa de Apoio aos Estudantes das Escolas Públicas do Estado (PAESPE) por ter me proporcionado entrar na graduação, também a todos os/as professores/as que estiveram presentes na minha formação acadêmica e fora dela. Agradeço aos programas de Ensino, Pesquisa e Extensão que tive a honra de participar, todos proporcionados pela educação pública brasileira.

Por fim, agradeço a CNPq e a FAPEAL pelo apoio financeiro a minha pesquisa durante o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), mas que estão sofrendo um monstruoso desmonte sistemático pelo atual governo, Bolsonaro, pois são instituições essenciais para o financiamento das pesquisas nas Universidades e para o futuro do Brasil.

RESUMO

Esta monografia se debruça sobre a História das mulheres negras em Maceió entre os anos de 1850 a 1888, especialmente sob a óptica da História Social e do cotidiano e da Micro História. A partir dos serviços desempenhados por essas mulheres negras na emergente capital oitocentista, procurando nos documentos reunidos os critérios e a percepção sobre o cotidiano sob o jugo da escravidão que as negras construíram suas vidas, seus caminhos e as sociabilidades, em que o estudo busca observar nos anúncios das páginas dos jornais da imprensa maceioense o que não se procurou pela epistemologia tradicional, adentrando no universo escravocrata da capital, no qual, a dualidade entre a presença e a invisibilidade das pretas tenha aberto caminhos não percorridos antes, mas que histórias estavam sendo construídas pelas negras livres e escravizadas na Maceió oitocentista.

Palavras-chave: Imprensa; Mulheres negras; Alagoas Oitocentista.

ABSTRACT

This monograph focuses on the history of black women in Maceió between the years 1850 to 1888, especially from the perspective of Social History and everyday life and Micro History. Based on the services performed by these black women in the emerging 19th century capital, looking in the documents gathered for the criteria and perception of the daily life under the yoke of slavery in which black women built their lives, their paths and the sociability, in which the study seeks to observe in the advertisements of the newspapers of the Maceioense press what was not sought by traditional epistemology, entering the slave-owning universe of the capital, in which the duality between the presence and invisibility of black women has opened paths not traveled before, but that these stories were being constructed by free and enslaved black women in Maceió.

Keywords: Press; Black Women; 19th Century' Alagoas.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Localização geográfica da cidade de Maceió em 1859……..22

MAPA 2 – Localização da cidade de Maceió em 1871……29

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Quantitativos de pessoas nos serviços domésticos em Jaraguá do ano de 1872……..19

QUADRO 2 – Quantitativos de pessoas nos serviços domésticos em Pioca do ano de 1872……..…….…..…….....20

QUADRO 3 - Serviços domésticos na Paróquia de N. S. dos Prazeres de Maceió em 1872…….....….....23

QUADRO 4 - Levantamento dos periódicos entre 1850 a 1888…….....34-35

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Venda das cativas nos anúncios do Diário das Alagoas em 1871……...25

GRÁFICO 2 - Anúncios de procura de escravizadas domésticas em 1871…….……...…...26

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - Quitandeiras no Rio de Janeiro em 1875……..……...33

IMAGEM 2 - Anúncio para venda de escravizada em 19 de setembro de 1850……...……..39

IMAGEM 3 - Quitandeiras no Largo da Glória em 1822……..…….42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1. CAPÍTULO 1 - SERVIÇO DOMÉSTICO NO EMERGENTE CAPITAL ALAGOANA..... 18

1.1 ESCRAVA E A CRIADA DOMÉSTICA..... 24

2. CAPÍTULO 2 - AS NEGRAS NO COMÉRCIO AMBULANTE DE MACEIÓ... 30

2.1 AS NEGRAS DE TABOLEIRO. 32

2.2 QUITANDEIRA FELICIDADE. 41

CONSIDERAÇÕES FINAIS 46

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 48

INTRODUÇÃO

> A escravidão marcou profundamente, como nenhuma outra instituição, a sociedade nordestina, desde o século XVI até o XIX. É consenso entre os historiadores que esse sistema constitui um dos pontos essenciais da formação social e econômica alagoana, fundamentada na monocultura canavieira, latifundiária e escravocrata. (CARVALHO, 2015, p. 200).

O estudo sobre a história das mulheres no Brasil esteve invisibilizado pela epistemologia tradicional, ainda quando consideramos a história das mulheres negras. Para Soihet (2011, p. 214), "Diversas em sua condição social, etnia, raça, crenças religiosas, enfim, na sua trajetória marcada por inúmeras diferenças, cabe, portanto, abordar-se a 'história das mulheres' [...] são alçadas à condição de objeto e sujeito da história.", em que eram múltiplas as representações das negras nas suas formas de sobrevivência e emprego nas colunas dos jornais.

A história das mulheres na Província das Alagoas de caráter multiforme abriu aspectos ressurgentes no Império do Brasil do século XIX, cabível de certo acompanhamento as reformas políticas, sociais e políticas, que dominavam essa transição dos aspectos coloniais para os imperiais, a partir da metade dos Oitocentos as políticas de cunho abolicionista.

A Lei Eusébio de Queiroz em 1850 que cessou o tráfico de escravizados africanos, mas que impulsionou a tráfico interprovincial, em que a migração da população negra e africana se deu das províncias do Norte para as do Sudeste.

A Lei Rio Branco ou do Ventre Livre em 1871, possibilitou a liberdade para as crianças que advinham do ventre das mulheres cativas Lei Saraiva-Cotegipe/Sexagenário (1885), o que ofereceu ao Estado imperial a oportunidade de adentrar na relação entre senhor e escravizado.

> A lei de 1871, portanto, consagra a intromissão do Estado na relação senhor-escravizado, além de referenciar práticas já realizadas anteriormente pelos cativos no dia a dia de suas vidas. Na década de 1830, por exemplo, foram criadas várias caixas econômicas em províncias como Alagoas, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais que seguiam um modelo britânico de fomento e compra de alforrias por escravizados. (MARQUES, 2016, p. 138)

A Lei Áurea em 1888 que trouxe a libertação dos cativos no território brasileiro, mas que foi fruto da pressão internacional com a liberdade em diversos locais, tais como Estados Unidos, e a pressão nacional para que a alforria da população escravizada fosse efetivada pelo

Império, já que as discussões acerca da liberdade dos negros foi crescendo a partir da legislação abolicionista implementada em 1850, em que o abolicionismo na década de 1880 era uma realidade crescente, em Maceió existiam os clubes destinados a apoiadores da libertação dos cativos, tais como a Sociedade Libertadora Alagoana que foi criada em 1881[1].

> O abolicionismo se tornou cada vez mais difundido na sociedade brasileira [...] este período como sendo "fértil em debates, movimentação política ressalta e projetos reformadores que, em seu conjunto, ensejaram, pela primeira vez, uma difusa vontade política de reformas e mudanças" (2012, p. 227-228), no qual os escravizados passaram a exigir, frequentemente, a liberdade [...] Na década de 1880, presenciamos o reflorescimento dos ideais abolicionistas de variadas matizes ideológicas à medida que foram ganhando as ruas, a atenção das populações urbanas e os receios e medos dos senhores de escravizados (MACHADO, 2012, p. 92-93). As sociedades abolicionistas privadas desempenharam um papel importante no processo de libertação dos escravizados. No geral, elas realizavam os comprovavam alforrias com rendas obtidas nas reuniões e em outras contribuições como loterias e fundos de emancipação. (MARQUES, 2016, p. 146)

Com o fim do tráfico negreiro se questionou como as relações iriam funcionar nestes acontecimentos, lembrando que neste período ocorreu a difusão de motins pela chamada "lei do cativeiro" pelo fim do tráfico negreiro, inclusive em Alagoas (CARVALHO, 2015; SHALHOUB, 2012).

A importância da pesquisa da história das mulheres na Província de Alagoas mostrou-se evidente no passar do tempo, e o seu caráter detentor da vida e economia rural, de acordo com Júnior, a Província das Alagoas cresceu em torno da produção cana-de-açúcar dos bangüês (JÚNIOR, 2002, p. 163-164), que configuraram toda a sua economia e estratificação social, assumindo um tipo de patriarcado rural, próprio do período colonial e funcionando na lógica da mão-de-obra escravizada, se tratando da temporalidade na metade do século XIX até final da década de 1870 (e também o Império brasileiro). Contudo, para autores como Teixeira há dúvidas sobre Alagoas se mostrar açucareira ou algodoeira:

> A dificuldade em caracterizar Alagoas como açucareira ou algodoeira, fundamental para o argumento de Slenes, é muito pertinente, especialmente devido ao tipo de fontes utilizada pelo autor. Na ausência de pesquisas regionais sobre mercados, produção e volume de exportações, os dados acabam sendo muito frágeis e a concomitância da produção açucareira e algodoeira não permite uma resposta objetiva sobre qual foi o produto sócio-econômico mais significativo no Segundo Reinado, embora possa se afirmar

[1] A documentação produzida pelos abolicionistas teve a presença da tentativa de obscurecer a participação dos cativos na obtenção da liberdade (MARQUES, 2016, p. 148).

> que politicamente a elite açucareira era preponderante. O que é fundamental para explicar a situação intermediária da província, parece-me ser justamente o fato de que o comércio interprovincial operou ali através de dois circuitos, o da capital, que centrava-se na região açucareira, e o de Penedo, que girava em torno de uma região algodoeira e pecuarista. (TEIXEIRA, 2016, p. 65)

Essas características vinculadas ao aspecto racial são de vital importância para a dualidade entre realidades - a mulher branca da elite e a escravizada - presentes nas páginas dos artigos dos jornais, a fim de perceber os artigos que definiam a posição social e até alguns direcionados a esses agentes históricos, sobretudo, o desenvolvimento das trajetórias dos sujeitos femininos que foi por algum tempo legada ao ostracismo.

O estudo sobre os aspectos da sociedade escravista e patriarcal alagoana do século XIX, as negras, em especial as africanas, têm o movimento cotidiano carregado de padrões de comportamento e moralidade, por conta dos acontecimentos das décadas anteriores, no que concerne às revoltas e medidas abolicionistas adotadas na década de 1830, de acordo com Maciel (2011, p. 128) “A conjuntura política pós-Abolição, e mais ainda pós-revolta dos Malês de 1835, era particularmente complicada para os negros em geral e sobretudo para os inúmeros africanos lançados ilegalmente no país.”

Os objetivos desta pesquisa buscam entender os aspectos da sociedade escravista alagoana no século XIX articulando o papel de atores sociais e as dinâmicas diversas dos serviços das mulheres negras dentro do cotidiano urbano na Alagoas oitocentista, identificando a presença de mulheres negras, inclusive para a construção de uma compreensão histórica da totalidade da formação do Brasil em cima dos corpos escravizados e libertos dessas mulheres, sendo direcionada a pesquisa para Maceió oitocentista que de maneira regional constrói essa estrutura escravocrata com características próprias do desenvolvimento da escravidão.

Inicialmente, a bibliografia disponibilizou referencial para conhecimento da situação do Império, a sua política dentro do território imperial e os representantes políticos, “(...) ser conservador ou liberal não significava necessariamente algo diverso.” (COSTA, 1991; p. 160). Contudo, não revela os aspectos mais imperceptíveis do objeto de estudo, sendo assim foi necessário recorrer a bibliografia sobre Alagoas, em especial sobre as mulheres negras e a escravidão em Maceió.

Dessa forma, a manipulação de iconografias antigas e algumas atuais para os trabalhos de exploração das diversas facetas permitiram a obtenção de conhecimento e dados que não

poderiam ser encontrados a partir dos meios convencionais, os documentos escritos não fundamentaram toda a pesquisa histórica[2].

Não obstante, foram compiladas referências biográficas em 3 (três) classificações - Império do Brasil, Província de Alagoas, Escravidão -, em que se formou a leitura para o entendimento do mundo feminino inserido numa situação política, social e econômica entre 1850 à 1888 em Alagoas.

Além disso, a pesquisa foi feita a partir da mobilização dos próprios periódicos que "[...] mais do que nos livros de história e nos romances, a história do Brasil do século XIX está nos anúncios dos jornais" (FREYRE, 2019, p. 50) e demais documentos nos acervos: Arquivo Público de Alagoas (APA), Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BNDigital), Instituto Moreira Salles, entretanto, a pandemia do COVID-19 impossibilitou a pesquisa de campo para a obtenção de fontes essenciais para o desenvolvimento desta monografia, o que significou a quase total utilização das fontes dos acervos online e alguns documentos que já tinham sido pesquisados anteriormente no acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA, além da dificuldade por trabalhar diariamente durante esses tempos pandêmicos agravou a situação, por não dispor de horários livres para poder pesquisar mesmo com a abertura dos acervos físicos.

De acordo com M. H. Silva (2011, p. 199) que

> Os anúncios são responsáveis por um conjunto bastante amplo de representações que permitem entrever práticas cotidianas, relações sociais entre patrões e criadas, exigências e expectativas mútuas, e um leque variado de situações que tinham de ser ao menos minimamente expressas para o convencimento de anunciantes e leitores.

Utilizamos o *paradigma indiciário* de Carlos Ginzburg para adentrar no que as fontes pesquisadas não mostram. E a escolha pela transcrição dos documentos foi feita com a atualização da grafia para melhor compreensão do texto da documentação.

A divisão dos capítulos procura seguir os dois critérios que Maciel H. Silva chama de *Portas adentro*, os serviços desempenhados pelas mulheres negras dentro do ambiente privado na escravidão doméstica e os de *Portas a fora* os serviços externos a casa dos senhores (SILVA, 2011, p. 178).

---

[2] Utilizamos fotografia e iconografia de Recife e Rio de Janeiro do século XIX, mas não encontramos fontes para Maceió.

No primeiro capítulo mostra a escravidão doméstica nos lares da Maceió do século XIX, a partir do trabalho de Escobar que analisa a escravidão das negras domésticas, em que a autora utilizou 3 jornais e 115 anúncios entre 1860 a 1888, mas que complementa-se esta monografia outros 6 periódicos, 1 anúncios e 1 notícia de jornal, 2 mapas da cidade de Maceió.

O segundo capítulo aborda as negras de taboleiro que estavam no comércio ambulante maceioense, dispondo de 6 periódicos, 8 anúncios e 4 notícias de jornais, 1 postura municipal de Maceió, 1 passaporte, 1 solicitação de passaporte, 1 fotografia e 1 iconografia.

A metodologia foi baseada na construção e análise das fontes que incorporou uma leitura aprofundada, dando margem para a estruturação e análise de uma temporalidade com um passado que está em construção, pois "é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa. Para quem duvidasse, bastaria lembrar o que, há pouco mais de um século, aconteceu sob nossos olhos." (BLOCH, 2002, p. 55).

1. CAPÍTULO 1 - SERVIÇO DOMÉSTICO NO EMERGENTE CAPITAL ALAGOANA.

Para Brandão[3] foi o negro um dos maiores elementos de civilização em território alagoano, por estar falando da Capital alagoana é impossível não abordar a escravidão urbana, por mais que Maceió não seja uma das grandes cidades urbanas do Império, ainda assim ela se apresenta como a principal cidade provincial alagoana, pois era inevitável Maceió se tornar capital, pois "A vila crescia por si mesma sem o amparo tutelar da Câmara, pela expansão de seu comércio, pelo crescimento de sua população, pelo florescimento de sua vida econômica" (COSTA, 1991, p. 151), mas que o crescimento e mudança estrutural não significou que a Vila se transformasse em um grande centro urbano, pelo contrário ainda sofreu com descaso dos governantes (COSTA, 1991, p. 176), sendo descrita como uma "Cidade civilizada e populosa"[4] que obteve mudanças estruturais em larga escala a partir do início da década de 1850: a estrada de Jaraguá, calçamento das ruas, canal da Ponta Grossa, encanamento de água potável[5], obra da casa do mercado, construção do Farol[6] e de Pontes, em que entre o contingente de mais de 4 mil escravizados estavam as negras livres e escravizadas.[7]

O cotidiano provincial que levava as negras a desempenhar os ofícios, inclusive os serviços domésticos era o ofício mais realizado entre as mulheres negras cativas ou não tanto dentro de Maceió - o recenseamento de 1872 mostra que a população livre feminina estava entre 2016 pardas, 504 pretas e 79 caboclas - quanto nas grandes cidades urbanas do Império, no

---

[3] O autor compartilha de uma visão em concordância com a tese racistas que falam sobre a existência de uma harmonia entre o senhor branco e o escravo submisso sem autonomia, inclusive concorda com a crença sobre a tendência a prostituição dos negros por serem considerados primitivos em seus hábitos.

[4] Relatório provincial. 11 Nov. 1850. Disponível em: http://www.luiznogueira.com.br/fallas%20provinciaes/1850Jose%20Bento%20nov.pdf. Acesso em: 20 de Jan. de 2022. p. 26

[5] Relatório provincial. 1 Mar. 1855. Disponível em: http://www.luiznogueira.com.br/fallas%20provinciaes/1855Sa%20e%20Albuquerque%20marco.PDF. Acesso em: 19 de Jan. de 2022.

[6] Id. 1855. Disponível em: http://www.luiznogueira.com.br/fallas%20provinciaes/1855Sa%20e%20Albuquerque%20marco.PDF. Acesso em: 19 de Jan. de 2022. p. 24

[7] Segundo o recenseamento de 1872, a população maceioense era composta por 28.630 indivíduos registrados na capital era 4.833 escravizados (Homens e mulheres).

qual, o serviço de *Portas adentro* que difere da venda ambulante das quitandeiras, e, que se passa no ambiente privado das casas maceioenses[8].

A seguir os quadros com os quantitativos de pessoas por profissão em Jaraguá e Pioca do ano de 1872:

Quadro 1: **Quantitativos de pessoas nos serviços domésticos em Jaraguá do ano de 1872**.

Paróquia de N. S. Mãe do Povo de Jaraguá				
Nacionalidades	Condições	Sexos	Estados civis	Serviço doméstico
Brasileiros	Livres	Mulheres	Solteiras Casadas Viúvas	218 86 58
Estrangeiros	Livres	Mulheres	Solteiras Casadas Viúvas	12 1 0
	Escravos	Mulheres		72

Fonte: Recenseamento do Brazil em 1872: Alagôas.

Quadro 2: **Quantitativos de pessoas nos serviços domésticos em Pioca do ano de 1872.**

[8] Assim como Marques (2016), a crítica sobre a busca e utilização dos dados oficiais que podem conter erros que acaba se tornando uma forma de entender a história das negras domésticas em Maceió.

Paróquia de Nossa Senhora do O' e Santo Antônio do Mirim do Pioca				
Nacionalidades	Condições	Sexos	Estados civis	Serviço doméstico
Brasileiros	Livres	Mulheres	Solteiras Casadas Viúvas	586 996 196
Estrangeiros	Livres	Mulheres	Solteiras Casadas Viúvas	2 8 1
	Escravos	Mulheres		427

Fonte: Recenseamento do Brazil em 1872: Alagôas.

A função das mulheres negras no ambiente privado das residências de Maceió carrega uma questão sobre "como na Colônia, a vida privada brasileira confunde-se, no Império, com a vida familiar" (ALENCASTRO, 1997, p. 16), em que os serviços domésticos eram acompanhados por outras funções: ama de leite, cozinheira, lavadeira e engomadeira.

O escravidão doméstica se caracteriza pelo emprego do trabalho de mulheres negras dentro dos lares da elite, os moradores buscavam nas criadas o trabalho para a manutenção da sua moradia de senhores e senhoras da elite ou não, em que significava para as criadas a distribuição em mais de uma tarefa ao longo do dia, por conseguinte, a reclusão total das mesmas nas residências que era uma preferência essencial para as criadas, no qual, "As

mulheres eram mais frequentemente mantidas nos serviços domésticos ou nos trabalhos nas *plantations* que menos possibilidades de mobilidade e de conhecimento geográfico ofereciam [...]" (COWLLING, 2018, p. 231)

Sobre o quantitativo e distribuição em serviços domésticos em Maceió em 1856:

> No ano de 1856 em Maceió, a maioria dos escravos existentes eram mulheres. Eram 569 escravas mulheres para 421 escravos homens. Em Alagoas no ano de 1874, 10% da população total era de cativos. E para essas mulheres cativas o ofício mais atribuído era o doméstico. As atividades mais comumente desenvolvidas por escravas mulheres eram, tipicamente, serviço doméstico, negras de ganho ou lavadeiras. Por terem conhecimentos geográficos e contatos pessoais reduzidos devido à reclusão e cotidiano portas adentro, escravas domésticas tinham mais dificuldade de fugir do que negras de ganho, escravas de aluguel ou lavadeiras, por exemplo. (ESCOBAR, 2018, p. 33)

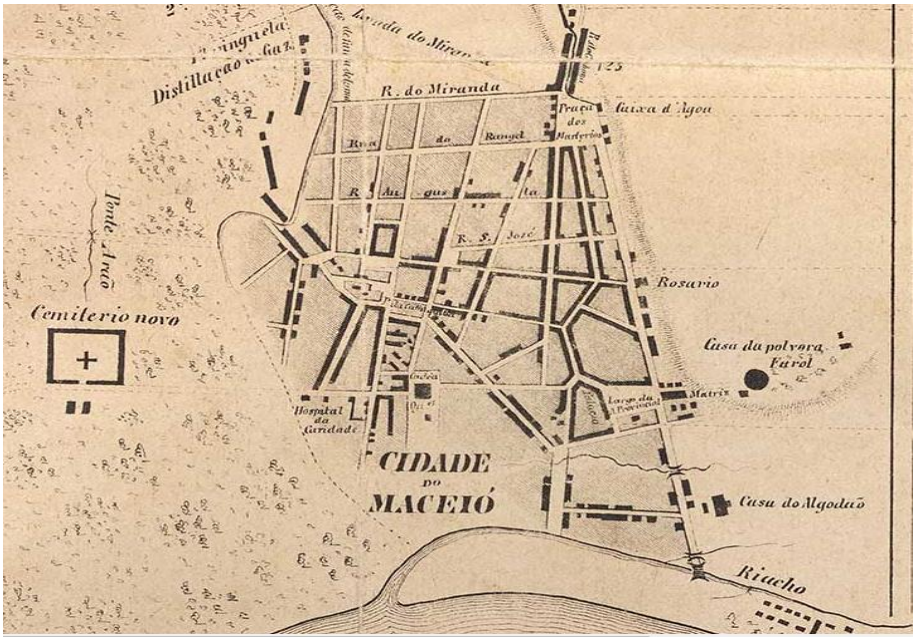
O recenseamento feito em 1872 aponta para 460 mulheres escravizadas e 268 homens empregados nos serviços domésticos, em que "O escravismo entranhava nos lares, no âmago da vida privada, um elemento de instabilidade que carecia ser estritamente controlado." (ALENCASTRO, 1997, p.18), sendo concentrados nos bairros de Pioca (o maior e mais habitado local da Vila de Maceió) e Jaraguá, que

> [...] os dois bairros em que a cidade se dividia - Maceió e Jaraguá - tinham, segundo informações do dr. José Alexandrino Dias de Moura ao dr. José Bento Júnior, tinham 53 ruas, 1 travessa e 6 praças, e as seguintes estradas arruadas: Trapiche da Barra, Mutange, Frechal, Mangabeiras e Cruz das Almas. (*) Contava a cidade 6 igrejas e os seguintes edifícios públicos: Capitania do Pôrto e Depósito de madeiras do Estado, Alfândega, Quartel de Linha, Enfermaria Militar e Depósito de artigos bélicos, Farol, e casa de residência do administrador, Casa da Pólvora, todos próprios da Fazenda Nacional, uns arruinados, outros em estado lamentável abandono, servindo uns e outros ao estabelecimento de alguns serviços públicos, pessimamente instalados [...] Tinha todo o município 15 escolas primárias, e três eram as paróquias eleitorais, com 156 eleitores. (COSTA, 1991, p. 180-181)

A distribuição espacial das negras domésticas dentro da Vila de Maceió compreende que eram empregadas em casas de famílias e solteiros não só em Pioca e Jaraguá, mas nos anúncios podiam ser requisitadas para residências em outras localidades.

A seguir os mapas de Maceió entre os anos de 1859 e 1871:

Mapa 1: **Cidade de Maceió do ano 1859.**[9]



Fonte: Hemeroteca Digital.

Colocamos abaixo a tabela da ocupação nos serviços domésticos na freguesia de Maceió:

Quadro 3: **Serviços domésticos na Paróquia de N. S. dos Prazeres de Maceió em 1872.**

[9] Esta é uma parte do mapa de 1859, em que estava sendo uma conexão entre Bebedouro e Maceió por meio do encanamento das ruas nessas duas localidades.

Paróquia de N. S. dos Prazeres de Maceió				
Nacionalidades	Condições	Sexos	Estados civis	Serviço doméstico
Brasileiros	Livres	Mulheres	Solteiras Casadas Viúvas	772 368 207
Estrangeiros	Livres	Mulheres	Solteiras Casadas Viúvas	19 5 8
	Escravos	Mulheres		460

Fonte: Recenseamento do Brazil em 1872: Alagôas.

Esses dados conseguem fornecer uma noção sobre a distribuição de homens e mulheres nos serviços domésticos, a partir da classificação: brasileiros e estrangeiros, livres e escravizados, o estado civil (casado, solteiro e viúvo) na cidade de Maceió, tendo as mulheres negras escravizadas representando 460 indivíduos circulando nos espaços privados da Vila.[10]

[10] Não classifica essas trabalhadoras pelo critério racial quando tem a condição jurídica de libertas, e sim quando estavam escravizadas, então inicialmente consideramos as escravizadas dominando os serviços domésticos em Maceió, apesar delas aparecerem nos números oficiais, ainda assim os periódicos pesquisados forneceram aspectos tanto das cativas quanto das libertas, tendo o número de cativas superando o de escravizados ocupando a mesma função.

1.1 ESCRAVA E A CRIADA DOMÉSTICA

A pesquisa "*Fulôres negras: um estudo sobre a escravidão doméstica em Alagoas (1860-1888)*" realizada pela autora Amanda Mafra Escobar[11], mostra que as famílias escolhiam as criadas escravizadas ou livres por critérios que diziam quais serviços iam realizar dentro das casas senhoriais, que englobavam os requisitos de limpar, cozinhar, engomar e lavar.

Além desses critérios existiam os padrões de moralidade, a que a negra doméstica tinha que ter honra, "(...) Ou seja, além das habilidades manuais – cozinhar, lavar, engomar e coser – ter uma conduta honesta e "honrada", ser diligente e ter boa saúde para o trabalho, eram características importantes na escolha de escravas domésticas." (ESCOBAR, 2018, p. 25). Apesar da mulher negra na sociedade brasileira oitocentista ser considerada de natureza corrupta e imoral, os senhores exigiam que não tivesse vícios e nenhum achaques.

> Segundo Maciel Henrique Silva em seu livro, Pretas de Honra, 2011, para as famílias "tradicionais" do século XIX, a escolha de uma escrava doméstica ia além das suas habilidades manuais. Tinha a ver também com suas características morais e com seu comportamento. Já que teriam contato íntimo e constante com a sinhazinha da casa e com as demais mulheres "honradas", essa escrava teria que estar adequada aos padrões morais da sociedade branca, por essa razão era preferível que fossem crioulas, ou seja, crias da casa, escravas nascidas em solo brasileiro e introduzidas na cultura de seus opressores desde o nascimento, para que não exercesse uma má influência sobre tais mocinhas, não maculassem a pureza de olhos e ouvidos das virgens sinhazinhas que assim teriam de manterem-se até o dia de seus casamentos – sob pena de entrarem num verdadeiro ostracismo social e não conseguirem casarem-se com quem quer que seja – nem ferir a moral de sua senhora, mulher supostamente respeitada e identificada com a Virgem Maria pela sociedade. (ESCOBAR, 2018, p. 21)

A seguir, os gráficos que a autora construiu sobre a venda das cativas nos enunciados jornalísticos, mostrando as características dos critérios utilizados para construírem a imagem ideal da escravizada doméstica:

Gráfico 1: **Venda das cativas nos enunciados jornalísticos no Diário das Alagoas**

[11] A pesquisa desenvolvida sobre a escravidão doméstica não trouxe as libertas que estavam no serviço doméstico, por mais que as escravizadas representassem uma parte das que estavam neste serviço em Maceió, mas não só elas estavam nas residências da capital, apesar de não ser o objetivo desta pesquisa.

em 1871.

Fonte: ESCOBAR, Amanda (2018, p. 31).

A autora consegue demonstrar o percentual por critérios que têm como base um imaginário pré-construído sobre as negras escravizadas que tem contato direto com a família ou indivíduo senhorial, essas cativas tinham a idade de menos 17 anos, chegando no máximo a 40 anos nas publicações dos jornais, o que pode significar a preferência por escravizadas mais jovens para realizarem o serviço pesado no dia a dia das residências.

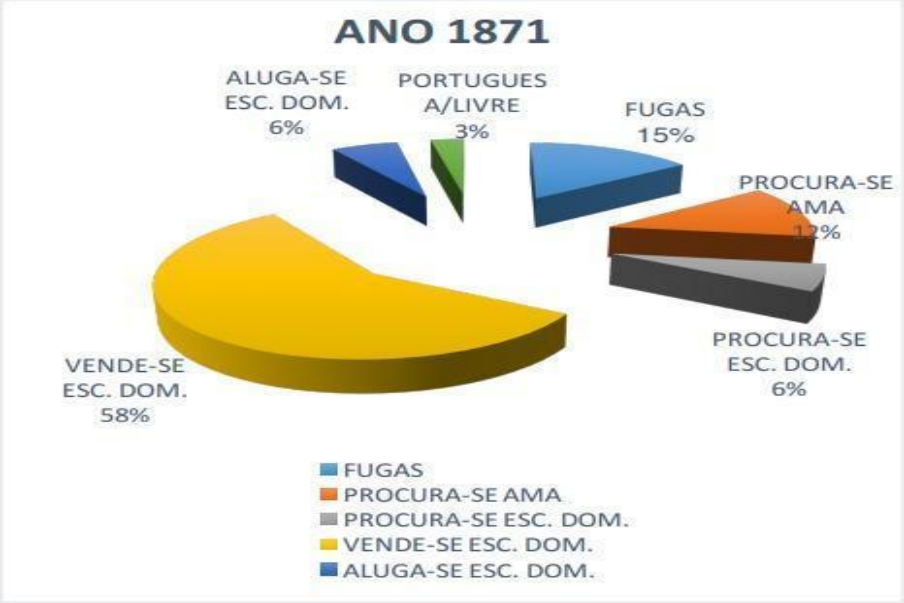
Ademais, a cozinha se tornava um espaço mais importante dentro da casa, onde as criadas livres ou não estavam cozinhando pratos que continham alimentos comumente consumidos pelas famílias durante o Império: Feijão pré-cozido com carne seca, farinha de mandioca para ser misturada com o feijão, peixe (de preferência o bacalhau), ovos, presunto, vinho, arroz, carne cozida ou frita e ensopado de frango com batata (GRAHAM, 1992, p. 45-46), em que as negras cozinheiras enfrentam um cotidiano de trabalho contínuo para fazer as refeições em fornos e espaços inadequados e insalubres.

> Tal é o caso dos fogões para cozinha. Sabe-se que os fornos brasileiros apresentavam-se bastante toscos na época: uns buracos de tijolo em que não havia nem grelha. Em meados do século começam a aparecer fornos de ferro do tipo específico anunciado pela casa Sands: fogões “muito fortes e igualmente simples na sua composição de maneira que podem ser sem receio entregues à discrição dos pretos”. Que podem ser usados por escravas e empregadas negras livres. (ALENCASTRO, 1997, p. 42)

Essas domésticas tinham que constantemente administrar seu tempo na casa, pois dependendo da família, o trabalho para as pessoas mais abastadas significava o desdobramento de escravizadas entre a cozinha, escritório, sala, quartos e outros cômodos adicionais em cada residência, com móveis para serem limpos e arejado, ou se a iluminação fosse com lampiões feitos com óleos de peixe ou baleia, que deixava um cheiro desagradável (algumas residências contavam com as velas) eram as domésticas que eram responsáveis pela limpeza dos lampiões e a manutenção da iluminação da casa (GRAHAM, 1992, p. 49).

Apesar do gráfico anterior ter mostrado que nas vendas não continham as amas de leite, ainda assim os anúncios de procura por elas apareceram em 1871:

Gráfico 2: **Anúncios de procura em 1871**.



Fonte: ESCOBAR, Amanda (2018, p. 34).

Inclusive, o ofício da ama de leite, as mães pretas dos senhores brancos e sinhás que os alimentaram, o que significou a negação do leite para sua própria cria ou forneciam o leite que não utilizam pelo falecimento de sua criança, muito requisitado não só em Maceió, mas em todo o Império do Brasil, foi alvo de discussões de cunho patriótico e higienizador (ESCOBAR, 2018, p. 36).

Sobre o ambiente de trabalho das amas no interior das casas dos senhores, Graham (199, p. 64), fala que, “Tendo seu trabalho sempre supervisionado e seu comportamento sempre observado, uma criada de quarto ou uma ama-de-leite raramente escapava da presença vigilante de seus patrões” proteção e obediência…”.

> Precisamente porque o trabalho dentro da casa trazia proximidade com os mais poderosos, dos quais não tinha o direito de discordar, a criada podia ser vítima da raiva da patroa ou sofrer abuso sexual do patrão ou de seu filho. Podia ser sempre acusada de roubar “[...] guardanapos, colherinhas, facas, pequenas peças de porcelana, roupas de criança e de adulto, ou joias”. Ao invés de proteção, a reclusão na casa podia ocultar o isolamento ou o aviltamento das criadas. No domínio da autoridade exercida no âmbito privado, uma empregada podia sentir-se desnorteada ou desamparada. (GRAHAM, 1992, p. 64)

Continuando a discutir a pesquisa, Escobar argumenta que nomes eram dados às negras domésticas que enfatizavam as boas qualidades destas, e que tinham preferência pelas criadas que nasceram, por serem criadas dentro das casas senhoriais.

> (...) ter nascido dentro do cativeiro não tinha só os aspectos positivos. Uma escrava ou escravo crioulo sabia de muitos segredos e de detalhes da rotina das famílias a quem serviam. Isso fazia com que fossem um problema caso espalhassem essas informações e, nos minoritários casos em que crioulos eram vendidos, era preciso fazê-lo o mais distante possível da região onde ele ou ela nascera. (ESCOBAR, 2018, p. 29-30)

Abaixo dois anúncios de aluguel e venda de escravizados domésticos [12]:

> PRECISA-SE de alugar um negro ou uma negra idosa para o serviço de doméstico de uma casa em Jaraguá a tratar de frente do escritório do sr. Silva Leão & C.ª[13]

> NEGOCIA-SE uma escravinha cor preta, de 14 para 15 anos, sabendo coser e fazer serviços de casa. Nesta tipografia se dirá com quem se deve tratar. Maceió, 10 de março de 1884.[14]

---

[12] Alguns anúncios de aluguel e venda vão aparecendo várias vezes ao longo das publicações nos jornais.

[13] ANÚNCIOS. MERCANTIL, AL. p. 4, 31 Out. 1864. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

[14] ANÚNCIOS. O LIBERAL, Maceió-AL. p. 3, 20 Mar. 1884. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

Apesar de Escobar ter pesquisado sobre a escravidão doméstica entre 1860 a 1888 por meio de 115 anúncios dos jornais: *Diário das Alagoas, O Liberal* e *Jornal de Maceió*, encontramos no acervo da Hemeroteca Digital/BNDigital, outros 16 anúncios de 1850 e 1851 nos periódicos: *O correio maceioense* e *O constitucional*. *Mercantil* (1864), *Gutenberg* (1888), *União Liberal* (1870), *O orbe* (1884) e 1 notícia do jornal *O orbe* (1885) que mostram nos enunciados uma forte circulação de venda e aluguel de escravas domésticas que tinham que fazer mais do que limpar, boa aparência, reclusa, fidelidade e sem vícios ou doenças.

> VENDE-SE uma linda mulata clara de 18 a 20 anos; exemplar conduta, e sem vícios, boa lavadeira. e melhor engomadeira, sabe cozinhar o diário de uma casa, e cose sofrivelmente costura xã, é muito humilde, bom coração própria para fiel de uma casa. Ao comprador se dirá o motivo para que se vende, e este tem que se dirigir à estrada do Mutange n. 1 º. O vendedor conhecendo o pretendente dá a escrava para experimentar seus serviços, e costumes.[15]

Qual motivo do senhor ou senhora estar vendendo uma escravizada com tão boas qualidades? Pode ser que tenha falido ou outro motivo mais particular para que se desfaça de tão boa doméstica, no qual, não sabemos seu nome, mas a aparência, "uma linda mulata clara" se denota como atributo positivo para ela, podemos saber que foi criada reclusa na casa, dificilmente sabe andar pela cidade, por isso fora instruída aos serviços domésticos dentro da casa do senhor que a anunciava, " muito humilde" "bom coração" e "fiel" denotam as características ideais para se ter em uma escravizada que vai servir uma casa.

Mapa 2: **Maceió do ano 1871.**[16]

[15] ANÚNCIOS. O CORREIO MACEIOENSE, AL. p. 4, 2 de Fev. 1851. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

[16] Mapa de 1871 feito pelo projeto de construção da linha férrea central que teria que passar pela então Vila de Maceió, onde podemos notar o crescimento local e o aparecimento de alguns bairros na cidade maceioense como o da Ponta Verde e do Mutange.

Fonte: Hemeroteca Digital.

Onde nesta residência estava localizada em um bairro que sai dos eixos mais populosos de Maceió (Jaraguá e Pioca), no que tange os serviços doméstico, em que o Mutange ficava entre dois bairros: Bebedouro e Cambona, mas estava próximo a Jaraguá, apesar do Mutange não se apresentar enquanto espaço que comporta uma quantidade expressiva de escravizadas domésticas em comparação a outros locais em Maceió não se pode negar a existência das negras domésticas.

2. CAPÍTULO 2 - AS NEGRAS NO COMÉRCIO AMBULANTE DE MACEIÓ.

Segundo Costa (2010), o Império do Brasil se constrói enquanto escravocrata, patriarcal e latifundiário que durante a época ocorreu a implantação de medidas contra a escravidão, antes da Lei Áurea em 1888 para a abolição da escravatura, mas que a elite escravocrata procurou formas para manter a escravidão. A partir de 1850 com a Lei Eusébio de Queirós[17] que proibiu definitivamente o tráfico ilegal de escravizados, ainda assim os senhores de escravos tentaram trazer ilegalmente escravizados durante os primeiros anos e potencializaram o comércio interprovincial, logo após em 1871 com a Lei Rio Branco os filhos das escravizadas nascidos a contar daquela data seriam libertos, mas os senhores receberam uma indenização e os filhos das escravizadas ficavam sob tutela dos senhores, e a Lei Saraiva-Cotegipe em 1885 que determinava a alforria dos escravizados com 60 anos ou mais (CHALHOUB 2012, p. 13-277).

O cotidiano de diversas províncias como a das Alagoas esteve ligado a essas mudanças abolicionistas, e, ao mesmo tempo que o sistema escravista procurou formas de permanência frente a essas medidas legais contra a escravidão, especialmente após 1850 com a proibição do tráfico negreiro ilegal de escravizados/as.

Segundo Cícero Péricles, foram registradas as vendas de 2.254 escravizados/as entre 1852 e 1862 em Alagoas, tanto que na principal freguesia da Província das Alagoas, Maceió, em 1882 essa prática era o maior negócio que possibilitava aos fazendeiros saldar as suas dívidas (CARVALHO, 2015, p. 145-223).

Com base nesse cenário, a população negra e africana construiu dinâmicas para atuar nos espaços do Império, especialmente em relação às mulheres negras que estiveram presentes diariamente exercendo serviços dentro do cotidiano urbano e rural que "de modo diferente do que ocorria com a maioria das mulheres brancas, em especial das camadas média e alta da sociedade de então, as negras sempre tiveram de buscar meios de viabilizar a sua subsistência" (XAVIER, 2012, p.173).

> A Maceió dos oitocentos foi marcada pela intensa movimentação da população negra na cidade, com destaque para a presença escrava e dos africanos livres que ocuparam as ruas, praças, becos e locais desertos dos

[17] No caso das Alagoas quando implementou a Lei Eusébio de Queiroz (1850) proibindo o tráfico de escravizados/às estava ocorrendo a Guerra dos Cabanos que continha nas fileiras do seu exército a população escravizada que fugia para ser livre e outras camadas populares. (Id., 2015, p. 174)

> arredores da capital alagoana para resistir a escravidão, mas, também para buscar seus meios para lhes garantir a sobrevivência. (MARQUES, 2016, p. 68)

Posteriormente, encontramos documentos de resoluções emitidas pela Câmara Municipal de Maceió a partir da décadas de 1880, em que eram discutidas medidas referentes a Maceió (e que podia se estender a outras localidades), essas continham em seus conteúdos discussões acerca da epidemia de "bexigas" que estava assolando a freguesia alagoana, também o apelo para que sejam arrecadados mais impostos e um controle mais efetivo sobre os mercadorias exportados e um documento apelando para que seja feito melhorado o porto ou canal da Levada, pois seriam regiões importantes por concentrar comércio maceioense.

A Câmara Municipal pedindo o maior controle feito pela polícia nestes espaços que facilmente tinham em seu cotidiano essas agentes circulando com os taboleiros sobre suas cabeças vendendo seus artigos e que eram vigiadas pelas elites que tinham o controle das Câmaras Municipais em Alagoas, que emitiram as licenças de taboleiro para a quitandeiras, apesar de não ter encontrado nenhuma licença ou livro de registro das licenças de taboleiro tanto em Maceió ou em outro local na Província alagoana, abaixo tem uma das medidas emitidas pela Câmara Municipal de Maceió:

> Casa da Câmara Municipal de Maceió em 15 de fevereiro de 1881.
>
> (s/n)
>
> Prestando as informações exigidas por ofício desta Presidência de 12 de janeiro último, a Câmara Municipal desta cidade tem a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência algumas necessidades mais urgentes deste município, que estão a reclamar dos poderes públicos a mais séria atenção.
>
> Entre elas deve de preferência ocupar a atenção de Vossa Excelência o melhoramento do porto ou canal da Levada que demora ao Oeste desta capital, e onde se faz diariamente um comércio ativíssimo de gêneros de primeira necessidade.
>
> O mercado público está igualmente a reclamar urgentes melhoramentos, (s/n) quer a sua conservação e embelezamento, quer a implantar ali o espírito de ordem e moralidade.
>
> Compreende Vossa Excelência que um lugar onde a concorrência é extraordinária e quase permanente deve ser cuidadosamente vigiado pela polícia.[18]

[18] ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS/APA. Câmara Municipal de Maceió. 1881. CX 754.

Apesar da população maceioense reivindicar na Câmara Municipal de Maceió melhoramento, não se tinha arrecadação de impostos suficientes da freguesia.

> Os impostos puramente municipais não podiam produzir o suficiente à realização dos melhoramentos que a vila reclamava, cada vez maiores, à medida que ela se desenvolvia em população, em vida social, em alargamento da área urbana. As obras tinham de ficar a cargo da Província, que as executava parcimoniosamente, pois que deficientes também eram os seus recursos. (COSTA, 1991, p. 153)

Com a pesquisa nos periódicos que se apresenta como meio de entender as estruturas de organização e controle do sistema escravista para com as mulheres negras quitandeiras, onde a imprensa maceioense emitiu diversos anúncios e outras informações que não eram escritos pelas mesmas e sim por terceiros, mas que se transformou em algo possível para conhecer mais onde se encontravam e quem eram essas negras de taboleiro em Maceió, em que é um ponto central para o desenvolvimento da pesquisa sobre a escravidão no Brasil e construção da História do Brasil e a História de Alagoas, especialmente entre 1850 a 1888, onde essas agentes desempenhavam a venda no comércio no cotidiano da província alagoana, conhecendo também a resistência e articulação das mesmas frente a escravidão na Alagoas oitocentista.

2.1 AS NEGRAS DE TABOLEIRO[19].

Ao longo da História do Brasil no século XIX, a estrutura do sistema escravocrata esteve presente no dia-a-dia provincial, em especial esta pesquisa mostrou a presença da população feminina negra em serviços variados nos anúncios dos jornais e outros documentos, no qual, as mulheres negras escravizadas ou libertas desempenharam os ofícios de engomar, cozinhar, doméstico, lavar e venda ambulante no cotidiano daquele período (Imagem 3), dando enfoque no ofício de venda ambulante pelas localidades provinciais, em que comercializavam múltiplos artigos nesses espaços na Alagoas oitocentista, estando as agentes recebendo termos

[19] “de taboleiro” é um termo de época para denotar esse ofício de venda ambulante.

variados para esse serviço ambulante, sendo esses: quitandeira, quituteira, preta ou negra de tabuleiro, escrava de ganho, vendeira ou vendedeira[20].

> No século XIX, a escravidão nos centros urbanos [...] foi muito marcada pelos trabalhadores e trabalhadoras de ganho, aqueles empregados na comercialização de produtos e na prestação de serviços. Os africanos e crioulos de ambos os sexos e diferentes estatutos jurídicos encheram o cotidiano das principais vilas e cidades das províncias do Império e eram vistos nas ruas, praças e becos com os seus balaios, tabuleiros e muita zoada para realizar o comércio dos mais variados produtos. Se havia indivíduos de ambos os sexos, a predominância era sem dúvidas das mulheres: eram elas, as figuras típicas desse ramo de atividade, fazendo-se acompanhar por seus filhos pequenos atados às costas, envolvidos em grande variedade de tecidos coloridos. (XAVIER, 2012, p. 173)

Imagem 1: Quitandeiras no Rio de Janeiro em 1875[21].

Fonte: Instituto Moreira Salles.

A cena mostra, provavelmente, escravas de ganho que trabalhavam para seus senhores em troca da compra da sua liberdade. Essa prática era muito comum durante o período colonial. Mais tarde, no Império, os escravos podiam até

[20] Termos encontrados na pesquisa com os periódicos da Hemeroteca Digital entre 1850 a 1888, mais também na bibliografia adquirida.

[21] Sem encontrar as fontes iconográficas e iconográficas que mostrassem a presença das negras de taboleiro entre 1850 a 1888 em Alagoas.

> abrir conta poupança no Banco do Brasil para guardar a soma relativa a sua alforria (PILAGALLO, 2012, p. 12).[22]

Quadro 5: levantamento dos periódicos entre 1850 a 1888.

PERIÓDICO	TERMO	TIPO DE CITAÇÃO	DATA
O Correio Maceioense	Vendedeira de taboleiro	Anúncio de Venda	5 de maio de 1850
O Correio Maceioense	Quitandeira	Anúncio de Venda	13 de junho de 1850
O Correio Maceioense	Serviço de campo ou rua	Anúncio de Venda	20 de junho de 1850
O Correio Maceioense	Muito própria para quitanda	Anúncio de Venda	19 de setembro de 1850
O Correio Maceioense	Quitandeira	Anúncio de Venda	1 de dezembro de 1850
O Correio Maceioense	Quitandeira	Anúncio de Venda	19 de dezembro de 1850
O Constitucional	Quitandeira[23]	Anúncio de Venda	-------
O Orbe	Quitandeira	Texto "Ao deputadinho Pedrinho Rodrigues"	15 de junho de 1887

[22] Sendo que a experimentação, manipulação e manuseio de imagens, que poderiam contribuir na pesquisa, principalmente, quando são capazes de revelar ao pesquisador (a) aspectos que não puderam ser apreendidos, de uma forma que "inventa e conserva sempre mais ou menos, ao contar, muitos atos da experiência humana (PINSKY, 2012, p. 251).

[23] Mesmo anúncio da edição do Jornal *O Correio Maceioense* no dia 1 de dezembro de 1850.

O Progressista	Serviço de campo	Anúncio de Venda	25 de outubro de 1867
O Liberal	Quitandeira	Fuga	1 de novembro de 1878
Gutenberg	Quitandeira	Denúncia de roubo de moeda de chumba, imitação de um niquel de 200rs	18 de setembro de 1886
O Orbe	Vendedeira/Vendeira	Coluna Variedade: Uma existência perdida	19 de outubro de 1887

Fonte: Hemeroteca Digital (BNDigital).

Inicialmente foi encontrada a presença das negras de taboleiro nos periódicos entre 1850 a 1887 em Maceió, sendo a maior parte encontrada no jornal *O Correio Maceioense* que circulava na principal freguesia da província alagoana, Maceió, onde essas negras escravizadas apareciam dentro do contexto escravista desempenhando o ofício de venda ambulante em conjunto com outros trabalhos. Nestes anúncios todas tinham a condição de escravizada, e, em sua maioria eram anúncios de venda publicados nos periódicos pelos seus senhores e senhoras (Quadro 5).

A aparição das negras de taboleiro escravizadas e libertas nos anúncios dos jornais que raramente desempenhavam unicamente esse ofício, mas realizavam o mesmo ofício em conjunto com outros que são considerados serviços domésticos ou de "portas a dentro"[24]: Costureira, cozinheira, lavadeira e engomadeira.

Abaixo os dois únicos anúncios do jornal *O Correio Maceioense* em 1850 foram específicos para o serviço no comércio ambulante:

[24] Silva (2011) utilizou esse termo para se referir aos serviços que eram desempenhados por mulheres negras escravizadas ou não dentro do que seria a escravidão doméstica.

> Vende-se por preço cômodo uma escrava moça de nação Costa, boa vendedeira de taboleiro, muito fiel. A tratar com a viúva Felicidade Maria do Sacramento na rua do comércio n.173, onde se saberá o motivo da venda.[25]
>
> Vende-se uma escrava crioula, moça de bonita figura e sem vícios, própria para serviço de campo[26], ou rua; a pessoa que a pretender dirija-se a esta Tipografia, onde se lhe dirá quem a tem e o motivo porque se vende.[27]

Além disso, a exigência sobre a boa conduta e aparência (preferência por escravizadas mais jovens)[28] para com seu senhor ou senhora é perceptível, sendo pontuado como algo bom não ter vícios e nem doenças, mesmo que as mulheres negras não fossem consideradas de natureza confiável dentro da escravidão urbana e nem estavam dentro da moralidade empregadas as mulheres brancas.

> O imaginário da época ia até mais além, e negava a honra até a mulheres negras e pardas, forras ou livres. Claro que essa representação era minorada quando se tratava de valorizar sua propriedade em anúncios de vendas e aluguel publicados nos jornais. Senhores/as que vendiam ou alugavam suas escravas, e mesmo compradores e locatários, construíam outras representações procurando tirar as máculas de desonra e de "vícios" que impregnavam as escravas. Como vimos, reafirmar a honra, a moralidade, os bons costumes era uma necessidade que toda a sociedade sentia, embora negras e pardas tivessem ainda mais dificuldade de reforçar esses atributos pela linguagem. (SANTOS, 2011, p. 247)

Outra questão a ser observada é o quase desaparecimento das quitandeiras nos jornais depois da década de 1850, onde a presença que antes era constante passou a ficar escassa: Para onde essas quitandeiras foram?

Um dos prováveis motivos dessa escassez de quitandeiras nos anúncios de jornais seria segundo Marques, que em Maceió foi publicado por determinação provincial no seu código municipal de 27 de junho de 1859, a proibição dos/as africanos/as livres de comercializar o

---

[25] VARIEDADES. O CORREIO MACEIOENSE, Maceió-AL. p. 4, 5 Mai. 1850. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

[26] Tendo encontrado pela primeira vez neste anúncio a utilização do "serviço de campo ou rua" para se referir ao ofício de quitandeira, não consegui achar nas bibliografias ou em outros anúncios anteriormente consultados se "de campo" estava se referindo ao serviço braçal nas fazendas de cana ou era outra terminologia para o ofício de vendas ambulantes, então a preferência foi por se atentar a questão da quitanda.

[27] ANÚNCIOS. O CORREIO MACEIOENSE, Maceió-AL. p. 4, 20 Jun. 1850. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

[28] "Vende-se moleca de 10 a 11 anos de idade, robusta, própria para o serviço de campo, a tratar a Rua do Comércio n.114" O progressista, 25/10/1867.

serviço de quitandeiro/a, para além disso foram encontradas diversas notícias do grande número de fugas de escravizados/as que transgrediu e desafiou o controle provincial e da elite sob essa população dentro de Maceió, pois a principal freguesia das Alagoas oferecia a oportunidade de conseguir a liberdade para cativos/as e esses/as escravizados/as conseguiam se camuflar se passando por libertos/as dentro do cotidiano maceioense. Contudo, não quer dizer que essa população negra não estive sendo observada a todo momento dentro dessa estrutura escravista, também os anúncios podem indicar que o comércio ambulante era protagonizado pela população feminina negra africana[29] sob o regime da escravidão urbana, o que não significa que não tiveram homens que desempenhavam esse ofício, em que ocorreram resistências por parte dessa população, já que a fuga muito presente na época era uma das resistências que escravizados/as realizavam. O anúncio abaixo evidencia que o ofício de quitanda fornecia às cativas a oportunidade de conseguirem a liberdade, sua subsistência (podendo sustentar filhos e outras pessoas) e ter conhecimento espacial e social dentro da cidade a qual está circulando diariamente.

> Em novembro de 1877 fugiu sua escrava Francisca crioula, com os seguintes sinais: 40 anos mais ou menos, cor fula, alta, seca, espigada, olhos um pouco limados, mas não despontados, ficarão redondos. Ocupava-se em taboleiro e está passando por liberta. Foi encontrada em Matta-Grande e Trombêta. Promete o abaixo assinado a pessoa que quiser procurá (s/n) escrava por aqueles lugares, (s/n) podendo conduzi-la para esta (s/n)[30].

Infelizmente pela fonte não está bem preservada com o final do texto faltando, não conseguimos mais informações que apareceram em outros anúncios, como o nome do senhor e senhora, algum outro conhecimento sobre o caminho traçado por Francisca e talvez nunca saberemos sobre seu destino, se quer continuou como muitas outras camuflada como liberta dentro de Maceió? se quer se continuou na freguesia ou conseguiu migrar para outro local? Se foi descoberta e capturada de volta ao seu cativeiro? Como seu senhor ou senhora tem tanto conhecimento sobre sua rota de fuga e ainda não conseguiu encontrá-la até aquele momento?

---

[29] Muitos hábitos culturais e comerciais foram incorporados pelos africanos em terras brasileiras durante o período escravista, sendo abordado em diversas bibliografias sobre o protagonista de mulheres africanas quitandeiras no África Ocidental nas suas terras quando foram trazidas pelo comércio transatlântico conseguiam se desenvolver nesse ofício, tanto que eram as africanas que dominavam os anúncios referentes a quitanda.

[30] ANÚNCIOS. O LIBERAL, Maceió-AL. p. 4, 1 Nov. 1878. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

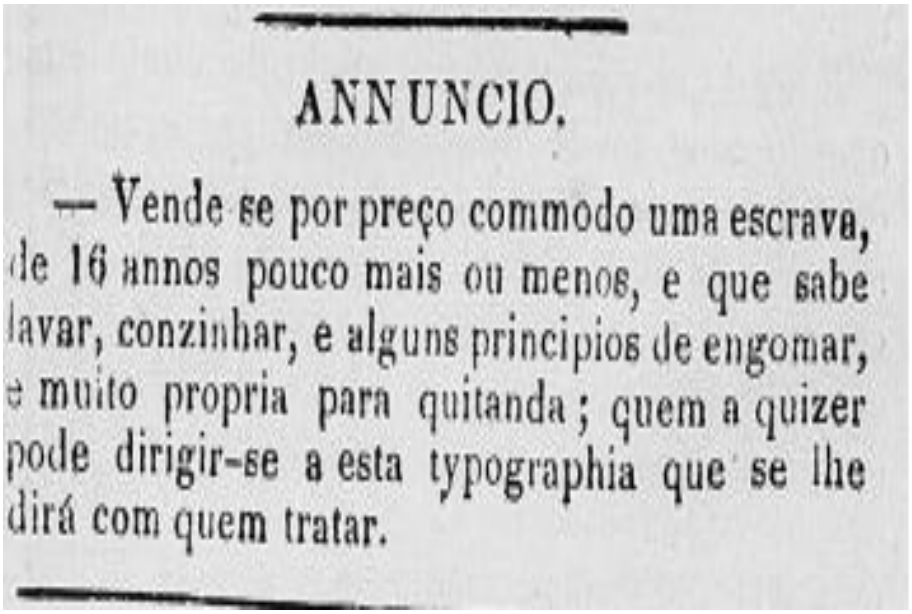
Não sabemos nada além do que o anúncio colocado pelo seu senhor nos possibilita, mas ela era crioula, nascida no Brasil, usando a quitanda como meio de sobrevivência por saber que tem mais chances de se deslocar pelos locais sem ser percebida. O que chama atenção para outra questão que foi a sua idade avançada para ter fugido, pois usualmente era de preferência escravizada mais jovem para exercer esse ofício entre 20 e 30 anos (MARQUES 2016, p. 74), pode ser que exercesse desde jovem essa função, apesar de que as crioulas e escravizadas tinham menos chances de fugas do que as africanas.

> Eles afirmam que isso ocorria porque, diferente de escravos nascidos na condição de cativo, escravos africanos tinham menos conhecimento e comprometimento com as leis vigentes, e sentiam-se menos intimidados em tentar burlar os mecanismos de cativeiro. Além disso, escravos recém-chegados dificilmente tinham relações familiares ou comprometimentos afetivos que os levassem a temer as consequências de uma fuga (...). Em suma, tornava essas mulheres, escravas e crioulas o grupo com menos ferramentas e chances para serem bem-sucedidas em fugas e, portanto, o grupo que menos empreendia essa jornada[31]. (ESCOBAR, 2018, p. 50)

O governo escravista alagoano se colocou a postos para combater essa forma de transgressão da população escravizada. Como "Moacir Sant'Ana expõe que as autoridades utilizavam de vários artifícios para reduzir o número de fugas; uma delas foi o toque de recolher após as nove horas da noite, vigente no ano de 1866" (MARQUES, 2016,p. 59). Em relação a Maceió, a cidade urbana da província significava um local para essas negras que buscavam no serviço do ganho comercial sua sobrevivência cotidiana.No dia a dia da trama social da escravidão, escravizadas, forras e africanas livres tiveram que buscar, cotidianamente, meios de sobrevivência e resistência, fosse comercializando produtos nas ruas, pedindo esmolas ou trabalhando em serviços domésticos. (MARQUES 2016, p. 68)

Imagem 2: Anúncio para venda de escravizada em 19 de setembro de 1850 no jornal *O Correio maceioense*.

[31] Apesar da autora estar se debruçando sobre a escravidão doméstica, ainda assim é possível observar umas características constantes em relação a essas mulheres que desempenhavam o ofício de venda de taboleiro.



ANNUNCIO.

— Vende se por preço commodo uma escrava, de 16 annos pouco mais ou menos, e que sabe lavar, conzinhar, e alguns principios de engomar, e muito propria para quitanda; quem a quizer pode dirigir-se a esta typographia que se lhe dirá com quem tratar.

Fonte: Hemeroteca Digital (BNDigital).

Lembrando que esse serviço majoritariamente era desempenhado em conjunto com outros (Imagem 3), especialmente o trabalho doméstico discutido no capítulo anterior foi muito requisitado em Maceió oitocentista, onde eram apresentadas diversas regras comportamentais para que escravizadas e libertas, o que representa uma forte construção do conceito e mentalidade escravista sobre as mulheres negras, sobretudo os anúncios da imprensa foram responsáveis por mostrar isso, segundo Silva (2011, p. 199). “Os anúncios são responsáveis por um conjunto bastante amplo de representações que permitem entrever práticas cotidianas, relações sociais entre patrões e criadas, exigências e expectativas mútuas” e um leque variado de situações que tinham de ser ao menos minimamente expressas para o convencimento de anunciantes e leitores.

Quando as negras de tabuleiro não estavam nos anúncios dos jornais, elas apareciam de outra forma, sendo não os anúncios de seus serviços, mas aparecendo em textos nos periódicos. Um exemplo podemos ver no jornal *O Orbe*, onde essas quitandeiras apareciam em desavenças políticas locais: “Ao deputadinho Pedrinho Rodrigues”[32], a denúncia referente a mudança da localidade do comércio para uma “nova Rua do Comércio” pelo deputado em questão que foi

[32] AO DEPUTADINHO PEDRINHO RODRIGUES. O ORBE, Maceió-AL. p. 3, 15 Jun. 1887. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

“só tractas de feira e mais feira que me pareces uma quitandeira”, retratando a presença das negras de taboleiro na dinâmica cotidiana.

Contudo, não é novidade que as disputas políticas estiveram presentes na história, especialmente a alagoana durante o Império e os jornais serviam de apoio ou não para defender e/ou atacar se tivessem adversários.

Neste sentido, a disputa em questão foi pela permanência da Rua do Comércio que foi deslocada para outro local chamado de “Nova Rua do Comércio”, logo após voltando a sua origem, onde os comerciantes que utilizaram a sua influência para apelar a políticos por apoio, em que a utilização de forma ofensiva do termo “quitandeira”, sendo que era ofício os próprios comerciantes se utilizavam para comercializar suas mercadorias dentro dos espaços provinciais com acordos informais com as quitandeiras para que elas vendessem seus artigos.

> [...] havia o chamado comércio de grosso trato, dominado hegemonicamente por homens brancos da Metrópole, donos de estabelecimentos mercantis importantes e possuidores de grandes somas de capital; em segundo lugar, vinha o comércio interno, que ficava nas mãos de homens brancos nascidos na própria colônia e desprovidos de maior capital, muitos deles eram mercadores volantes que trabalhavam por comissão para um comerciante de grosso trato estabelecido nos portos, e assim faziam circular pelas distância coloniais os gêneros importados por comerciantes maiores e de comércio fixo na região portuária; por fim, já próxima ao consumidor direto, havia uma rede ampla de grupos sociais responsáveis pelo chamado comércio miúdo, que era predominantemente dominado por negros, mestiços e forros, e em particular por mulheres. (SILVA, 2011, p. 104)

2.2 QUITANDEIRA FELICIDADE.

Para além dos periódicos que marcaram a figura da negra de taboleiro em Maceió oitocentista, outros documentos que evidenciaram a presença desses agentes dentro da província: solicitação de passaporte e o passaporte encontrados na década de 1850, em que revelam o processo de chegada da quitandeira Felicidade Maria que morava no Rio de Janeiro e se deslocou para Alagoas neste período, por causa de sua filha forra Luiza França Maria dos Prazeres que residia até aquele momento na freguesia de Maceió.

> IMPÉRIO DO BRASIL POLÍCIA DA CORTE
>
> (Margem esquerda)
>
> Passaporte valioso por 2 meses. Ano de 1855. Nº 9. Sinais: Idade 48 anos; Estatura 59 (s/n); Cabelo (s/n); Testa regular; Sobrancelhas duas; Olhos pretos; Nariz chato; Boca regular; Barba ___; Fisionomia (s/n); Cor preta.
>
> Sinais particulares _____. .
>
> Assinatura do portador Não escreve.
>
> (Margem direita)
>
> Desembargador chefe de polícia da Corte Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, concede passaporte a Felicidade Maria, preta forra, natural de _____, profissão de quitandeira para Maceió, levando em sua companhia apresentou carta de liberdade, registada em casa de Tabelião Castro.
>
> Cidade do Rio de Janeiro do 4 dias do mês de Janeiro do ano de 1855.
>
> Jeronymo Martiniano Figueira de Mello[33].

> (s/n) Maceió, 13 de janeiro de 1869.
>
> Diz a preta forra Felicidade Maria dos Prazeres, nação Mina, que tendo se portado do Rio de Janeiro, para esta Província das Alagoas, como consta do passaporte junto, que ela pretende se regressar para a mesma levando consigo sua filha, esta forra Luiza França Maria dos Prazeres, natural desta cidade de Maceió, e como não se pode fazer [s/n] o competente passaporte do estilo, por isso recorre.
>
> Pede ao Ilustríssimo Senhor Doutor Chefe de Polícia assim lhe defira[34].

---

[33] Arquivo Público de Alagoas/APA. Passaporte de quitandeira. Cx 89-91.

[34] Arquivo Público de Alagoas/APA. Solicitação de passaporte. Cx 241.

Felicidade Maria dos Prazeres, mulher negra africana de nação Mina, se inseriu durante processo introduzidas as legislações abolicionistas no Brasil, ainda que tenha sido por pressão política externa, vivenciando um contexto de transformações, em que a mesma se estabeleceu no Rio de Janeiro que se transformou na sede do Império brasileiro no século XIX, onde a população negra africana ou parda escravizada e liberta esteve articulando e circulando os espaços do Rio de Janeiro, em especial as mulheres pretas estavam presentes no que seria o maior centro urbano do Império do Brasil[35].

Imagem 3: Quitandeiras no Largo da Glória em 1822.

Fonte: Brasiliana Fotográfica.

A partir dessa gravura não é difícil imaginar a quitandeira Felicidade se inserindo no comércio vendendo seus produtos no cotidiano do Rio de Janeiro, que abrigava uma grande população de africanos e africanas em seu território, tanto que "(...) o censo de 1849 mostra um

[35] Com a chegada do príncipe regente D. João VI com a Corte Portuguesa na ainda Colônia Portuguesa, como uma manobra para preservar a independência de Portugal, que estava sendo tomada por Napoleão Bonaparte na Europa, além disso, quando D. João se estabeleceu na então Colônia que emitiu um decreto para abertura do Porto do Rio de Janeiro para as nações aliadas a Portugal, mas que depois significou uma crise para Portugal. A abertura dos portos a todas as nações em 1808, a localização da sede do governo no Rio de Janeiro, a elevação, em 1815, do Brasil à categoria de Reino Unido e as medidas objetivando dotar a colônia de uma série de instituições adequadas à sua nova função de sede de governo prejudicaram profundamente os interesses metropolitanos. Entre aquelas medidas, talvez as mais nefastas aos portugueses tenham sido a extinção do monopólio comercial e a abertura dos portos. (Id., 2010, p. 39)

dado revelador: um habitante de cada três do município do Rio de Janeiro tinha nascido na África. Isto é, viviam na corte 74 mil africanos escravos e livres." (ALENCASTRO 1997, p.25), apesar de não sabermos quando ela conseguiu sua alforria, ainda assim é possível que ela tenha se utilizado do ganho no taboleiro para poder comprar sua liberdade do senhor ou senhora, a qual estava sendo escravizada, em que chegou a ser requerido no passaporte a carta de liberdade registrada na casa do tabelião Castro para poder viajar em busca de sua filha em Maceió.

> O cronista Luiz Edmundo descreve um Rio de Janeiro do século XVIII totalmente desorganizado, sem muitas regras sobre a ocupação dos espaços: ruas sem planos e usadas pela população e moradores das casas sem limites definidos, como se não pertencessem a ninguém, como se os quintais fossem extensão das casas. As ruas eram drenos de toda a água residual, e o cheiro era tão sufocante que um dos ministros do governo português registrou por escrito sua insatisfação diante da situação. O cronista descreve a limpeza por que teve de passar a cidade, que incluiu a demolição de muitos prédios, antes da chegada da Corte portuguesa. Comentários dos viajantes do período atestam que, mesmo após essa limpeza, o Rio de Janeiro ainda estava longe de ser o que seria uma verdadeira cidade para os europeus. (PRIORE, 2004, p. 187-188)

Observando mais atentamente o passaporte, o nome Felicidade chama atenção por serem nomes de qualidades que os senhores ou senhoras davam aos escravizados ou o que esperavam que tivessem como atributo para vender e alugar seus serviços, mas não é novidade ter sido nomeada, denotando um estado de contentamento e alegria, o que eram características importantes no comércio ambulante, especialmente as escravizadas quitandeiras podiam trazer nos seus nomes qualidade que denotaram boa comunicação e desenvoltura para as vendas, mas ao contrário dos nomes das escravizadas que ficavam no ambiente doméstico. ""Nomes como "Cândida, Plácida, Serena", eram comuns para escravas domésticas. Era uma forma de expandir as paredes grossas dos sobrados também para dentro das subjetividades dessas mulheres."" (ESCOBAR 2018, p. 27), conseguindo continuar como quitandeira após sua alforria para ter sua subsistência garantida.

> As habilidades não deixam de ter uma associação direta com personalidade das vendeiras. Muitas eram descritas como risonhas, conversadeiras, espertas, desembaraçadas, denotando comportamento associativo fácil e indispensável à vivência nos espaços públicos e à venda dos gêneros e artigos comercializados. (SILVA, 2011, p. 150-151)

A solicitação de passaporte em 13 de janeiro de 1869 da africana Felicidade Maria feita ao Chefe de Polícia mostra que pretendia buscar sua filha para voltarem ao Rio de Janeiro, a forra, Luiza França Maria dos Prazeres, sendo esta natural de Maceió.

A questão da escravidão e maternidade se apresenta, antes mesmo da promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871 que libertou as crianças nascidas do ventre das escravizadas que essa legislação Rio Branco definiu a situação das crianças a partir de 1871, mas não resolveu a questão das crianças nascidas antes da data da lei." (COWLLING, 2018, p. 169-170)

> No Brasil, o influente jurista Perdigão Malheiro propôs a liberdade do ventre em 1863. Tal ideia foi examinada em um estudo encomendado pelo imperador em 1865 sobre quais seriam as melhores maneiras de abolir a escravidão, e que foi realizado por José Antônio Pimenta Bueno, futuro Visconde de São Viscente, em 1868. Outros autores contemporâneos chegaram a considerar a hipótese de libertar todas as escravas para que seus filhos e filhas nascessem livres. (...) no Brasil, as crianças continuaram na companhia dos senhores de suas mães até os oito anos de idade, quando estes puderam decidir entre continuar usufruindo dos "serviços" dessas crianças até que elas completassem 21 anos de idade, ou entregá-las ao Estado em troca de uma quantia de 600$000, como "indenização" pelos custos de sua criação." (COWLLING, 2018, p. 113-114)

Para Cowling (2018) que discute as lutas coletivas e individuais das mulheres negras pela liberdade no Rio de Janeiro e Havana no século XIX, muitas mães negras buscavam libertar os filhos ou as filhas das amarras da escravidão, o que pode ter acontecido no caso de Luiza, em que sua mãe tenha usado o ofício de quitandeira para obter fundos para a alforria dela e de sua filha, mas o fato é que as duas estavam alforriadas, não se pode afirmar que isso aconteceu com muitas outras mães e suas crianças escravizadas, porém era uma das práticas possíveis na busca pela liberdade (COWLLING, 2018, p. 23-374)

Não sabemos se o Chefe de Polícia deferiu o pedido de Felicidade Maria ou como foi a trajetória das duas por trás dos documentos abordados anteriormente, nem outras informações sobre idade de Luiza ou se ela tinha algum ofício como o da sua progenitora. Um fato não deve passar despercebido: a não citação de seu pai ou algum companheiro de Felicidade, o que não se pode dizer que essa situação foi exceção, em especial, quando consideramos que muitas das mulheres negras viraram protagonistas na luta pela liberdade de seus filhos.

Acrescentamos que de diversas maneiras, foram as mulheres negras grandes responsáveis por articular maneiras de luta contra o sistema escravista, sendo o ofício realizado no taboleiro, que levou a maiores possibilidades de ter a subsistência diária para ela ou sua rede

de dependentes. Renda que também serviu pagar pela sua liberdade, e, articulando a comunicação entre vários espaços, levando e trazendo recados que podem ter dado origem a algumas revoltas e quebras nas regras impostas pelo sistema. Contudo, tal circulação não significava que tinha plena liberdade, pois existia uma estrutura de controle e vigília constante feita pelo sistema escravista com as autoridades locais, vigiando as negras de taboleiro que contribuíam ativamente para o comércio e economia provincial.

> Ser uma escrava vendeira conferia mais autonomia espacial e social no meio urbano, mas não era garantia de menor rigor por parte de senhores e senhoras implacáveis, mesmo porque, se às escravas não fosse concebido permissão de viver sobre si [...], elas teriam de retornar à vigilância senhorial após as vendas realizadas. (SILVA, 2011, p. 160)

Denotando que em Alagoas, a elite escravocrata e latifundiária alagoana que tiveram como principal força de trabalho a mão-de-obra escrava, Péricles registrou que representavam o total de 75% da população na Província entre 1872 a 1890, com essa totalidade dividida entre negros e mestiços (pardos), no qual, uma parcela concentravam-se nos engenhos de açúcar, e a outra parte circulava pela área urbana em diversos serviços, seja no trabalho doméstico ou no comércio ambulante, mas que havia a inegável presença das mulheres negras nesse contingente da população, em que articulavam formas de organização e sobrevivência dentro do sistema escravocrata, patriarcal e latifundiário maceioense, já que "Homens e mulheres libertos e livres pobres, escravos e escravas percorriam as maiores cidades do Brasil oitocentista provocando, muitas vezes, temores entre a elite que projetava os espaços e o modo como as pessoas deveriam interpretá-los." (SILVA, 2011, p. 59-60)

Assim como comenta Freyre (2004, p. 104-811), a formação e desenvolvimento da escravidão com o estudo das mulheres negras quitandeiras na Maceió oitocentista, no cotidiano local e de outras localidades provinciais, denotam a importância das pesquisas sobre como se configurou localmente a estrutura escravista, patriarcal e latifundiária, em que os estudos sobre a escravidão necessitam abordar a história dessas mulheres invisibilizadas pela epistemologia tradicional local, mas que estavam presentes no cotidiano alagoano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa que teve como proposta construir uma análise profunda sobre as negras em Maceió de outrora, deslocando-as de um lugar coisificado de mero objeto de estudo para as pesquisas históricas e de submissão frente ao sistema escravocrata, tendo como linha de pensamento procurar entender a importância das mulheres negras na formação da sociedade alagoana que desenvolveram estratégias de resistência, especialmente elas que sofriam com a dupla exploração de gênero e a racial, ao passo que o cotidiano das negras domésticas e vendeiras era carregado com a violência que incidia sobre essas mulheres, em vista as ações que desenvolveram para viver face às mazelas do sistema e dos agentes de sua opressão.

Observando que nem sempre o ambiente privado e a rua eram opostos para essas negras que viviam nos ofícios, os trabalhos que eram requeridos em conjunto com os dos serviços domésticos acabavam por ultrapassar a reclusão a qual era o padrão para essas criadas domésticas.

Pode se falar que as negras domésticas eram muito utilizadas nas residências maceioenses, chegando a superavam os homens negros que também estavam na mesma função, conseguindo durante toda a primeira parte do século XIX estarem presentes nos anúncios dos periódicos, seguindo todo um catálogo de regras morais e comportamentais. Inseridas em um cotidiano de servidão e reclusão nas residências que exigiam habilidades com a cozinha, costura e engomar, em grande parte escravizadas. Porém, com o passar dos anos foi possível encontrar nos anúncios as libertas se colocando à disposição para o serviço doméstico, tanto em casa de família quanto para homem solteiro.

Apesar da monografia não se aprofundar na análise sobre as lavadeiras que era um dos trabalhos que podiam ser realizado fora das residências, pois exigia das pretas que circulassem nas ruas da cidade de Maceió, levando consigo as roupas dos seus senhores ou empregadores para lugares.

Em contrapartida, as quitandeiras que estavam nas ruas a partir do início da década de 1850 ficavam encarregadas de venderem os artigos no comércio e nas feiras da capital, apesar de quase predominantes a quitanda ser dominado pelas africanas, não significa as que não eram africanas não estivessem no ganho nas ruas de Maceió (não encontramos quitandeiras livres nos periódicos), por terem desaparecido no final da mesma década, por conta do decreto da

Câmara Municipal que proibiu que africanos vendessem na Vila, ainda assim o cotidiano de venda no taboleiro exigia que as vendedeiras tinham que ser habilidosa, “ter lábia”, boa aparência, seguindo regras morais para com seus senhores, normalmente desempenhando mais do que o serviço de quitanda, para poderem comercializar nas ruas da emergente capital maceioense.

A fim de que aparece nos anúncios jornais enquanto mercadoria, sem nome e sem história, buscando alterar essa lógica escravista que tenta apagar os corpos negros, procurando as narrativas de Felicidades, Franciscas e até as que não tiveram seus nomes encontrados, mas que existiram e circularam pela Maceió de outrora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I - FONTES.

ANÚNCIOS. **MERCANTIL**, AL. p. 4, 31 Out. 1864. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

ANÚNCIOS. **O LIBERAL**, Maceió-AL. p. 3, 20 Mar. 1884. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

ANÚNCIOS. **O CORREIO MACEIOENSE**, AL. p. 4, 2 de Fev. 1851. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

ANÚNCIOS. **GUTENBERG**, Maceió-AL. p. 4, 15 MAIO 1888. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

GAZETILHA. **O ORBE**, Maceió-AL. p. 1, 22 Fev. 1885. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

ANÚNCIOS. **DIÁRIO DAS ALAGOAS**, AL. p. 3, 31 Out. 1888. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

ANÚNCIOS. **UNIÃO LIBERAL**, Maceió-AL. p. 3, 26 Out. 1870. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

ANÚNCIOS. **O ORBE**, Maceió-AL p. 4, 4 MAI. 1884. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

VARIEDADES. **O CORREIO MACEIOENSE**, Maceió-AL. p. 4, 5 Mai. 1850. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

ANÚNCIOS. **O CORREIO MACEIOENSE**, Maceió-AL. p. 4, 20 Jun. 1850. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

ANÚNCIOS. **O LIBERAL**, Maceió-AL. p. 4, 1 Nov. 1878. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

ANÚNCIO. **O CORREIO MACEIOENSE**, Maceió-AL. p. 4, 19 Set. 1850. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

AO DEPUTADINHO PEDRINHO RODRIGUES. **O ORBE**, Maceió-AL. p. 3, 15 Jun. 1887. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS/APA. **CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**. 1881. Cx 754.

Arquivo Público de Alagoas/APA. **SOLICITAÇÃO DE PASSAPORTE**. Cx 241.

Arquivo Público de Alagoas/APA. **PASSAPORTE DE QUITANDEIRA**. Cx 241.

Relatório provincial. 11 Nov. 1850. Disponível em: http://www.luiznogueira.com.br/fallas%20provinciaes/1850Jose%20Bento%20nov.pdf. Acesso em: 20 de Jan. de 2022.

Relatório provincial. 1 Mar. 1855. Disponíve em: http://www.luiznogueira.com.br/fallas%20provinciaes/1855Sa%20e%20Albuquerque%20marco.PDF. Acesso em: 19 de Jan. de 2022.

PLANTA e nivelamento para o encanamento das águas do riacho bebedouro à cidade de Maceió. Rio de Janeiro, RJ: Lith. Impl. de Ed. Rensburg, 1859. 1 mapa, 50 x 39 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart176743/cart176743.jpg. Acesso em: 21 jan. 2022.

WILSON, Hugh. **Estudos technicos da Estrada de Ferro Central da Provincia das Alagoas:** entre a capital e a villa da Imperatriz : inaugurados e executados na administração do Ilmo. Exmo. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Jun_or... Presidente da Provincia. Bahia [Salvador, BA]: Lith. Jourdan, 1871. [1]f., 6f. de estampas (dobradas), plantas, 60cm. + 1 folheto (17p. ; 31cm). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1137244/cart1137244.pdf. Acesso em: 21 jan. 2022. p. 21.

Recenseamento do Brazil em 1872: Alagôas.

PILAGALLO, Oscar. **Comércio:** do Mascate ao Mercado - Col. Folha Fotos Antigas do Brasil 02. São Paulo: Editora Folha de São Paulo, 2012.

II - REFERÊNCIAS.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.); NOVAIS, Fernando A. (Coordenador geral da coleção). **História da vida privada no Brasil** - Império: a corte e a modernidade nacional, vol. 2. 9 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2002.

BRANDÃO, Alfredo. **Os negros na história de Alagoas**. Maceió: Comissão Estadual do Centenário da Abolição, 1988.

CARNEIRO, Edson. **A lei do ventre-livre**. Portal de periódicos da UFBA, 2017. Bahia: Afro-Ásia. Nº 13, página 13-25, 1980. DOI: http://dx.doi.org/10.9771/aa.v0i13.20806. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20807. Acesso em: 30 out. 2019.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2015.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão:** ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Craveiro. **Maceió. Maceió**: SERGASA, 1991.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República:** momentos decisivos. 9ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2010.

COWLLING, Camillia. **Concebendo a liberdade**: Muheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Tradução: Patrícia Ramos Geremias, Clemente Penna. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

ESCOBAR, Amanda Mafra de. **Fulôres negras** - um estudo sobre a escravidão doméstica em Alagoas (1860-1888). 2018. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos:** decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 15ª ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

_____. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. V. 370. São Paulo: Ed. Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. Disponível em: https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/419/1/370%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. 1860-1910. Tradução: Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

JÚNIOR, Manuel Diégues. **O Bangüê nas Alagoas:** Traços da influência do sistema econômico do engenho do açúcar na vida e na cultura regional. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2002.

MARQUES, Danilo Luiz. **Sobreviver e Resistir:** Os caminhos para a liberdade de escravizadas e africanas livres em Maceió (1849-1888). Blumenau: Nova Letra, 2016.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império (1871-1889)**. 2. ed. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 1999.

PILAGALLO, Oscar. **Comércio:** do Mascate ao Mercado - Col. Folha Fotos Antigas do Brasil 02. São Paulo: Editora Folha de São Paulo, 2012.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, Maciel Henrique. **Pretas de honra:** vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870). Recife: Ed. Universitária da UFPE,/ Salvador: EDUFBA, 2011.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro F. S. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: ensaios da teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 276 e 279.

TEIXEIRA, Luana. **Tráfico interprovincial de escravos em Alagoas no segundo reinado**. 2016. 309 f. Tese de doutorado (Doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.